

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS

MONICA DE OLIVEIRA KORTE CAMP

SÃO GONÇALO, 2010

MONICA DE OLIVEIRA KORTE CAMP

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS

ORIENTADORA

Helena Amaral da Fontoura

São Gonçalo, 2010

MONICA DE OLIVEIRA KORTE CAMP

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS

Helena Amaral da Fontoura

Gianine Maria de Souza Pierro

São Gonçalo, 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a Deus pela força que me deu ao longo desses quatro anos. Aos meus familiares, amigos e a tantas pessoas que contribuíram de maneira significativa para a sua realização.

E por fim, a todos os professores do curso de Pedagogia.

Obrigada.

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares e amigos pela grandiosa contribuição nos momentos de aflição e também de alegrias.

RESUMO

A Educação Especial foi se configurando ao longo do tempo como uma modalidade de ensino, visando atender indivíduos que possuem alguma deficiência, ou mesmo dificuldades de aprendizagem. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meio de acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais. (...), trata-se de um conceito amplo: em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar no aluno, a origem de um problema, definiu-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de 'normalidade' para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos. Neste contexto, surge-se uma nova proposta educacional, a Educação Inclusiva, buscando que todos os alunos, independente de suas diferenças, de suas condições socioeconômicas, culturais etc. sejam acolhidos nas escolas regulares, adaptando tanto as próprias instituições para recebê-los, quanto também conscientizando os profissionais da importância da inclusão escolar. A Declaração de Salamanca (1994) deixa bem claro esse aspecto quando afirma que todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos. Entretanto, a relação escola-família favorece o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais, além de proporcionar uma maior qualidade para o trabalho pedagógico.

Palavras-chave: inclusão escolar; portadores de necessidades especiais; relação escola - família; interação no ensino – aprendizagem.

SUMÁRIO

Introdução -----	08
Capítulo 1- Contexto histórico-----	10
1.1- A história da Educação Especial no Brasil-----	10
1.2- As conquistas e os entraves dos portadores neste percurso histórico---	13
Capítulo 2 - A família e o contexto social -----	17
2.1- Relações familiares e educação-----	17
Capítulo 3 – A Escola-----	22
3.1 - Processos de inclusão escolar dos portadores-----	22
3.2- A implantação das políticas públicas com relação à educação especial	25
Conclusão -----	31
Referências bibliográficas-----	34

INTRODUÇÃO

Eu, Monica de Oliveira Korte Camp, 27 anos de idade, estudante de Pedagogia, mãe de uma princesa que me inspira a cada dia e casada com um professor de informática que, como eu, apaixonado pela profissão, trabalha com crianças portadoras de necessidades especiais e realiza um belíssimo trabalho com a informática, me sensibilizou com as suas experiências de vida, cooperando também para este trabalho de pesquisa.

Desde a infância, sempre gostei de ler e de escrever, assim sendo, fiz o segundo grau em formação de professores e sabendo que para ser uma boa profissional precisaria estar em frequente aprendizado, dei continuidade aos estudos desenvolvendo uma graduação em Pedagogia, que me fortalece e vem me proporcionando subsídios para buscar novas fontes e embasamentos teóricos para esclarecer minhas dúvidas e curiosidades.

Durante essa trajetória de estudos, comecei a perceber que quando se tratava de crianças portadoras de necessidades especiais, um sentimento diferente me tomava, mobilizando-me a buscar saber mais.

Foi então, quando estava grávida tive a oportunidade de visitar um orfanato que mantém crianças portadoras de deficiências variadas. Lá, me deparei com um momento de pura reflexão em minha vida quando percebi que algumas foram abandonadas por seus familiares pelo fato de terem certa deficiência, e me angustiei. Senti muito ao ver as dificuldades que a instituição encontrava para manter aquelas crianças sem ter, em muitos dos casos, o apoio das suas famílias.

Percebendo que nem sempre conseguimos solucionar de imediato os problemas que encontramos, reconheci a necessidade de estudar para compreender os casos.

Foi quando decidi buscar, por meio desta pesquisa, um caminho que me levasse a compreender a importância que o profissional da educação tem na vida das crianças, e como as instituições escolares podem possibilitar a presença dos familiares para cooperarem com os profissionais da educação, entre outras coisas.

Ao longo dos estudos, percebi a grande necessidade em o profissional utilizar uma linguagem clara, que permita aos pais se sentirem à vontade para se colocar, fazer perguntas, esclarecer dúvidas. Este diálogo de discussão de alternativas com as

famílias poderá contribuir para o desenvolvimento de mecanismos de reflexão, assumindo um papel de ajuda às crianças.

Este trabalho de pesquisa se divide em três capítulos e a pesquisa demonstra dados importantes para que repensemos não só a educação, como também a questão da inclusão.

No primeiro capítulo, é retratado um histórico sobre a educação especial no Brasil, especificamente compreendendo um pouco como foi se desenvolvendo o olhar para as pessoas portadoras de necessidades especiais, tanto no ambiente escolar, quanto a forma como as leis começaram a surgir, também demonstrando as conquistas e as dificuldades enfrentadas durante esse processo histórico.

No segundo capítulo, a família aparece como um ponto chave para o desenvolvimento das crianças, como dos profissionais ligados à educação. Também é vista a importância fundamental da presença dos familiares na instituição escolar. Estes teriam a oportunidade de saber como é o funcionamento das escolas e poderiam conhecer e valorizar os profissionais que estarão compartilhando a visão sobre as crianças, informando os pais sobre a sua evolução e conduzindo o processo de ensino - aprendizagem.

No terceiro e último capítulo, a escola aparece promovendo uma educação de qualidade, respeitando o ritmo das crianças e os processos de aprendizagem de cada uma, propondo uma pedagogia centrada através das potencialidades humanas.

E para que o trabalho da escola seja significativo, torna-se necessário que tenha o conhecimento da realidade social de cada criança e de como funciona a dinâmica familiar em que cada uma convive, respeitando as individualidades de cada família.

CAPÍTULO: 1- CONTEXTO HISTÓRICO

1.1- A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial brasileira, no seu início, foi inspirada por europeus e americanos. Os europeus deram início à educação especial em internatos ou mesmo em escolas especiais. Os americanos formaram classes especiais na escola comum e organizavam movimentos acompanhados pelos pais dos alunos que possuíam algum tipo de deficiência.

As pessoas que não se enquadravam ao padrão social adequado à sociedade daquele tempo eram consideradas empecilhos, resultando diversas vezes em abandono, tendo a deficiência se apresentado desde nascença, ou mesmo causada por acidentes. E esses abandonos não eram condenados pela sociedade.

Acontecia uma espécie de seleção natural em que apenas os mais fortes ou os mais saudáveis tinham espaço garantido e sobreviveriam naquela época, já que no período vivenciado se discriminava a deficiência, como exemplo os indivíduos com membros em falta ou atrofiados.

Outro aspecto importante, dentre esses fatores, ainda é, a frustração que os pais apresentam quando nascem crianças portadoras de necessidades especiais, o que gera, em alguns casos uma reação diferente. Algumas mães se sentem mobilizadas em proteger seus filhos ao contrário de abandoná-los, ousando ir de encontro a um paradigma construído, mesmo assim, sentem-se pressionadas a escondê-los e isolá-los.

Seguindo com esses fatores, a falta de leis que assegurassem aos portadores de necessidades especiais a liberdade de expressão e de locomoção, e mesmo as leis que haviam, ou eram descumpridas, ou careciam de regulamentação.

Já algum tempo depois, alguns educadores brasileiros se interessaram no atendimento aos portadores, dando origem a organizações voltadas para atender esse público.

As primeiras instituições escolares voltadas ao atendimento dos portadores de necessidades educativas foram inauguradas, e a primeira foi conduzida por Dom Pedro I, no RJ, chamada de “Instituição para cuidar dos Meninos Cegos”. Após, outros trabalhos foram iniciados com o intuito pedagógico ou médico-pedagógico.

Com essas primeiras iniciativas ao atendimento da pessoa portadora de deficiência, os direitos deles começaram a ser alvo de debates, dando origem a associações de pais buscando igualdade de direitos para portadores de dificuldades, como a APAE, PESTALLOZZI, entre outras, ligadas a áreas específicas.

Assim sendo, o Governo Federal assumiu o atendimento educacional num nível nacional, caracterizando a ação governamental pela instituição de campanhas voltadas para o atendimento aos portadores de deficiência.

Na década de 50, ampliam-se iniciativas direcionadas à educação, com a expansão do desenvolvimento socioeconômico do país. Esse foi o período em que a educação especial surgiu na política educacional brasileira buscando a garantia dos seus direitos.

Entretanto, esta ampliação foi efetivada, a maioria das vezes, por via de iniciativas particulares, confrontando-se quanto às deliberações do poder estatal. Como tiveram sua materialização por meio de esferas privadas, foram perdendo força, por conta de seu caráter filantrópico e pela pouca abrangência que tiveram, e em 1963 foram extintas pelo Governo Federal.

Da interpretação dos textos legais e dos planos educacionais significativos para a educação especial no período de 1957 a 1993, é possível identificar e compreender os princípios e propostas governamentais implementando a política de educação especial. Assim demonstrando certa incoerência entre os princípios definidos nos textos legais e as propostas, evidenciando-se a ausência de uma política nacional organizada que promovesse a educação especial.

Já a década de 70 anunciou, para a área da educação especial, a ampliação das ações políticas, em face de reivindicações que objetivavam melhorias para esta área. Disto resultou a incorporação de várias questões pertinentes à organização e sistematização da oferta de Educação Especial na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB, n.º 5.692/71, em seu artigo 9º, explicita a clientela a ser atendida pela Educação Especial: “alunos que apresentem deficiências físicas ou

mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL, 1971).

Tem-se, nessa lei, a explicitação da relação da Educação Especial, com os problemas de aprendizagem surgidos no ingresso da população menos favorecida na escola, a partir da expansão da rede pública, observando-se que a lei inclui crianças atrasadas e deficientes num mesmo grupo.

Segundo Mazzota (1992), o Conselho Federal de Educação interpreta a educação especial como uma linha de escolarização, enquanto o Ministério da Educação (MEC) a interpreta como uma linha de atendimento assistencial, em vez de educacional.

Todas as ações do Ministério da Educação voltadas à educação especial possuem um sentido terapêutico, caracterizando-se o atendimento educacional aos portadores de deficiência, apenas como preventiva e corretiva. No entanto, após 1990 surgem indicadores em busca de preparação à educação especial como modalidade de ensino. Assim explica Mazzota (1992): “a Educação Especial não deve ser entendida como simples instância preparadora para o ensino comum; embora se deseje que o maior número de alunos possa dele beneficiar-se”. (p.60).

Podemos observar nas Diretrizes e Normas Federais para a educação especial, que continuaram presentes os sentidos assumidos como alternativas de trabalho com os portadores de necessidades educativas especiais, confundindo-se com o sentido de atendimento educacional escolar. Entretanto, é preciso salientar que as principais propostas para a educação especial presumem um processo integrante de serviços de habilitação e reabilitação, ou educação escolar.

A Declaração de Salamanca, na Espanha, em julho de 1994, que representa a nova linha de ação para a educação especial, foi aprovada com o principal objetivo de integrar adolescentes, crianças e adultos com necessidades educativas especiais em escolas comuns de ensino, dando-lhes oportunidades para um melhor desenvolvimento, em busca da real capacitação das escolas e visando atender a todos os indivíduos, sobretudo os que têm necessidades educativas especiais.

Acredita-se que os problemas dos serviços educativos especiais afetam igualmente todos os países e não devem se desenvolver isoladamente, mas, partir de uma estratégia global da educação; todos os países devem contribuir para uma nova política social e econômica que garanta uma melhor educação para todos.

E partindo desse pressuposto, compreendemos a importância de se fazer essa retomada pela história do Brasil para entendermos alguns dos motivos que trouxeram ao presente as sombras do preconceito e da discriminação aos portadores de necessidades especiais.

1.2 – AS CONQUISTAS E OS ENTRAVES DOS PORTADORES NESTE PERCURSO HISTÓRICO

O Governo Federal empreendeu, em todo o país, a partir de 1957, ações que visavam a dar sustentabilidade ao atendimento educacional das pessoas com deficiência, ações que objetivavam o cumprimento de garantias direcionadas às deficiências, em seus diferentes aspectos.

Nesse sentido, pode-se destacar que, embora em certa medida essas deliberações tenham conquistado uma sistematização da oferta do serviço especializado em nível nacional, tal oferta já sofria conflitos políticos da implantação pública desses direitos.

Isto reflete a insuficiência dos órgãos públicos em adequar condições em todo o território nacional. A garantia desses direitos se deu, principalmente, pelas vias do assistencialismo e filantropia às esferas das camadas populares. Deu-se também pela oferta de atendimentos especializados particulares aos níveis socioeconômicos mais favorecidos.

Essas mudanças de olhar para a educação especial brasileira distinguem-se pela ampliação de entidades privadas, ao lado do aumento da população atendida pela rede pública, que foi se configurando, cada vez mais, como uma ação em nível nacional.

Embora a educação especial estivesse na pauta de deliberações políticas, a escolarização de pessoas com deficiência não se constituía prioridade por parte do poder público. Assim, a oferta dos serviços especiais efetivou-se basicamente em instituições especializadas ou centros de reabilitação.

Algumas instituições legitimaram os incentivos financeiros provenientes do poder público, através de convênios. Este reconhecimento reforçou, em grande medida, o percurso seguido pela educação especial, caracterizado pelo afastamento

do Estado na concretização das condições educacionais necessárias às pessoas com deficiência.

Na década de 60 efetivaram-se mudanças que refletiram no aumento da oferta do ensino, a fim de corresponder às perspectivas da sociedade da época. E esta expansão se deu principalmente de acordo com as iniciativas privadas, que durante aquela época continuaram exercendo maior representatividade.

Por outro lado, cumpre considerar também que a existência dessas instituições contribuiu, ao longo dos anos, para que a escola regular pública tivesse se isentado desse compromisso.

Ao discutir esta questão, Bueno (1993) explica que, concomitantemente com o crescimento da rede privada, “a educação especial pública passou por um processo intenso de ampliação, com a criação de classes e escolas especiais, que culminou, na década de 70, com a criação de Serviços de Educação Especial em todas as Secretarias Estaduais de Educação” (p. 96).

A proposta de integração educacional de pessoas com deficiência na rede regular de ensino ganhou impulso na década de 80. Por conta disso, o empenho no contexto da redemocratização do ensino buscou a consolidação de projetos políticos que respondessem às demandas por melhores condições de acesso e permanência nas escolas.

Os movimentos sociais de lutas por melhores condições educacionais, garantidos pelas políticas públicas, ainda estavam a caminho de sua concretização, principalmente a luta pela organização do sistema educacional especializado voltado à integração dos alunos na esfera do ensino regular.

Assim, a década de 90 testemunhou as amplas modificações na esfera da Educação Especial, sendo promovida a reforma educacional que abrangeu todos os níveis de ensino e modalidades de educação: “As necessidades básicas das pessoas com deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência como parte integrante do sistema educativo” (UNESCO, 1990, p.5).

A condição da integração escolar, ao propor a oferta de condições sociais e educacionais a todos os indivíduos, sugere uma idéia de conexão social, em que “as escolas comuns com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de

combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos” (UNESCO, 1990, p. 10).

No âmbito da sociedade brasileira, a elaboração da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) oficialmente expressa a conformação aos compromissos assumidos internacionalmente, voltados para uma educação básica que seja universal.

De acordo com Prieto (2004): [...] foram assegurados direitos trabalhistas (artigos 7º, inciso XXXI e 37, VII), à saúde e à assistência social (artigos 24, XIV e 2003, IV e V) bem como condições garantidoras de acesso aos bens e serviços sociais, aí incluídos os meios de transporte, os logradouros, entre outros (artigos 227 e 244).

Diante destas disposições, pode-se inferir que o tratamento conferido à Educação Especial conforme apresentada, disponibiliza a regulamentação das “condições necessárias para que seja minimizada ou até superada a exclusão educacional e social a que são submetidas parcelas da população” (SOUSA; PRIETO, 2002, p.124).

No contexto da reforma da educação brasileira, as consolidações dos princípios integradores se renovam na oficialização de iniciativas que prescrevem e sistematizam a oferta da educação especial na rede regular de ensino. Assim, contribuindo pouco a pouco para que haja de fato o acesso de todos à educação.

Nesse sentido, é de grande preocupação dos profissionais da Educação, garantir o acesso das crianças à escola, seja de ensino especial, ou mesmo regular, para que possam ter o direito a uma educação de qualidade.

A escola brasileira entrou no século XXI caracterizada pela velocidade na transmissão de informações, sendo também enriquecida pela entrada de novas tecnologias. Por outro lado, ainda encontramos crianças matriculadas no sistema de ensino, mas que não conseguiram ao menos aprender a ler e escrever.

E nem sempre são crianças portadoras de necessidades especiais. Frequentemente são crianças que demonstram algumas dificuldades de aprendizado. As políticas públicas buscam garantir a todas as crianças o acesso à escola, com aproveitamento. Apesar disso, muitas não atingem essa meta.

É oportuno observar que a proposta do sistema educacional brasileiro é oferecer às crianças portadoras de necessidades especiais o atendimento educacional especializado. No entanto, muitos desses alunos não conquistam essa oportunidade, seja por motivos de não acompanharem o currículo proposto pelas escolas, ou porque a escola não possui instrumentos necessários ao aprendizado, ou até mesmo por falta de preparo dos profissionais. Dessa forma como afirmam José e Coelho (2008):

“A educação especial, porém, ainda é uma utopia na realidade brasileira. Somente as classes sociais mais abastadas conseguem educar adequadamente uma criança com dificuldade de aprendizagem. Na escola pública, o professor deve contar com seus próprios conhecimentos e, ao detectar qualquer distúrbio, solicitar ajuda da família do aluno para que, juntos, possam ajudar a criança a superar suas dificuldades” (JOSÉ; COELHO, 2008, p.25).

Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino identificamos a necessidade de esclarecimento buscando eliminar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

CAPÍTULO: 2- A FAMÍLIA E O CONTEXTO SOCIAL

2.1 – RELAÇÕES FAMILIARES E EDUCAÇÃO

A atuação da família é imprescindível, no sentido de auxiliar a criança para que ela possa conhecer o mundo no qual ela vive e isto lhe dará um sentimento de segurança.

Em muitos dos casos, os familiares conhecem profundamente as necessidades das crianças. Mesmo sem possuírem uma formação escolar, a família precisa enfrentar o problema e procurar ajudar no que for possível.

A integração do portador de necessidades especiais deve ser realizada com a participação da família, principalmente na fase da estimulação, onde os professores ensinam aos pais atividades que devem ser realizadas no lar, como continuação do trabalho de estimulação precoce.

É de se esperar que a tarefa de educar uma mesma criança de forma compartilhada, a partir de contextos tão diferentes como a casa e a escola acaba fazendo com que surjam dificuldades ou mesmo alguns conflitos.

Mesmo sendo difícil, espera-se que a escola promova entre os profissionais e os pais uma integração, uma colaboração mútua que passa pela confiança e pelo conhecimento, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das crianças.

Acredita-se que a relação entre os pais e os professores contribui para que todos se sintam interessados em oferecer a melhor educação para a criança, contribuindo para seu desenvolvimento.

É comum os pais ficarem impressionados quando presenciam seu filho guardando os brinquedos, obedecendo prontamente ao professor e tendo outras atitudes que não costuma ter em casa.

O contato com as famílias favorece o sistema de educação da criança. Estabelecendo a compreensão mútua e a confiança necessária, os professores podem utilizar diversas formas de trabalho com os pais.

Os contatos cotidianos permitem que as pessoas envolvidas com a educação ajudem aos pais tranquilizando-os sobre a permanência do seu filho na escola, podendo discutir algum assunto específico de maneira mais detalhada.

De qualquer forma, as reuniões precisam ser bem planejadas: anunciadas previamente, em horários adequados para os pais e profissionais, definindo duração, linguagem adequada, entre outros.

As cadernetas servem para que família e professores possam trocar informações diárias, independentemente da possibilidade de encontros, contribuindo com idéias para a organização das mais variadas atividades.

E hoje essa relação pode ser realizada via correio eletrônico, que apresenta vantagens como a rapidez, a praticidade, a confidencialidade e a dificuldade de adulteração, entre outras.

Segundo Paro (2000), podemos dizer que, além de problemas como professores mal formados e outros, a escola tem falhado também, e principalmente “porque a escola em alguns momentos não tem dado a devida importância ao que acontece com seus educandos fora e antes dela” (p.15).

E para a busca de uma solução para tal realidade, Paro (2000) articula em sua pesquisa “... com a preocupação de estudar formas organizacionais mais adequadas de integração dos pais a propósitos escolares de melhoria de ensino...” (2000, p.15).

A escola, portanto, também necessita dessa relação de cooperação com a família, pois os professores precisam conhecer as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e tenham condições de intervirem no desenvolvimento das expressões de sucesso, e não de fracasso diagnosticado.

Precisam ainda dessa relação de parceria para poderem também compartilhar com a família os aspectos de conduta do filho: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com professores e colegas, atitudes, valores, respeito às regras.

A necessidade de se construir uma relação de intervenção na própria instituição escolar, e buscar uma proposta de aproximação dela com a família, se refere à construção de uma parceria que possa substanciar o papel da família no desempenho escolar dos filhos e o papel da escola na construção de personalidades autônomas, moralmente e intelectualmente falando.

Conforme diz Macedo (1996): “A determinação conjunta em oferecer uma experiência construtiva, que torne a criança melhor, tanto em relação aos conhecimentos escolares, quanto aos valores e princípios que nortearão a sua conduta...” (p.13).

E segundo Piaget:

“Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades...” (1972/2000, p.50).

Pensar neste tipo de parceria requer então aos professores inicialmente uma tomada de consciência de que as reuniões baseadas em temas teóricos e abstratos, reuniões para chamar a atenção dos pais sobre a lista de problemas dos filhos, sobre suas péssimas notas, reuniões muito extensas, sem planejamento adequado, onde só o professor pode falar, não têm proporcionado sequer a abertura para iniciá-lo em uma proposta de parceria, pois os pais faltam às reuniões, conversam paralelamente, parecem de fato não se interessar pela vida escolar das crianças. No entanto, não basta legitimar a situação com queixas e lamentações.

Verdadeiramente, as famílias não se encontram preparadas sequer para enfrentar, quanto mais para solucionar os problemas que os educadores de seus filhos lhes entregam ou transferem nas reuniões de pais, e outros poucos momentos em que se encontram os protagonistas desta relação.

Portanto, a construção dessa parceria é função inicial dos professores, pois transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação, nem em psicologia, desconhecem a didática, a sociologia, enfim, os resultados desta postura já se conhecem muito bem: o afastamento da família.

A sociedade em que vivemos é caracterizada por situações de injustiça e extrema desigualdade social. As famílias são afligidas por imensos problemas, sejam eles de saúde, segurança, financeiros, ou de qualquer outra ordem. Os problemas enfrentados pelas famílias atingem direta ou indiretamente as crianças, que encontram inúmeras dificuldades no aprendizado.

O papel do educador é compreender essas dificuldades e a partir do problema, dar início a um trabalho que seja mais eficiente e adequado para obtenção de

melhores resultados no ensino. Os tipos de problemas que as famílias enfrentam são diversos. Eles podem estar ligados à estrutura familiar, à quantidade de irmãos, ao tipo de educação imposta pela família, entre outros.

Nem sempre os alunos pertencem a famílias com pai e mãe presentes. É muito comum os pais estarem separados e o aluno viver com apenas um deles. Ele pode também estar vivendo em um ambiente familiar desunido e desestruturado, ou com problemas financeiros. Situações como estas apresentadas podem causar dificuldades para o aluno aprender o que está sendo ensinado no ambiente escolar.

Em muitas famílias é comum a falta de amor, e em diversos casos, essas crianças são vítimas de maus-tratos. Assim, elas podem apresentar um comportamento agressivo, ter uma atitude indiferente, ou então praticar as mais variadas travessuras buscando atenção.

A educação desigual acontece quando os pais agem na contramão da educação dos filhos, ou seja, o pai age de uma maneira e a mãe de outra, parecido com o que acontece quando um professor ensina uma determinada matéria de uma forma, e outro professor de forma diferente. Esta desigualdade pode desencadear agressividade e nervosismo na criança, sentimentos estes que podem impedir o aluno de aprender de maneira eficiente.

O amor da família e o bom relacionamento com a criança fazem muita diferença e estão diretamente ligados ao seu aprendizado. Esses dois fatores fazem com que as crianças desenvolvam atitudes positivas em relação a si mesmas, aos outros e à vida.

Podemos verificar essa ligação na escola: a criança que é bem amada é, geralmente, participativa, interessada, compreensiva. Nas relações com o próximo é respeitadora, sem perder suas opiniões e pontos de vista, além de defendê-los e difundi-los.

Quanto à estrutura familiar, infelizmente, nem todas as crianças possuem famílias com pais e mães com recursos suficientes para uma vida digna. Quando isso acontece, é provável que ela fique confusa, pois vive duas realidades: de um lado, a família sem recursos e desestruturada; e de outro lado, a escola que exige ordem e organização.

Crianças mal amadas ou rejeitadas pelos pais manifestam muita necessidade de reconhecimento, de atenção e carinho. Muitas vezes, as crianças podem sentir-se

satisfeitas quando punidas, pois desse modo estão sendo alvo de atenção. Logo, obter atenção mesmo com notas ruins e mau comportamento é melhor do que a indiferença.

Os sentimentos que os pais têm em relação à criança durante os anos anteriores à escola são de fundamental importância para o desenvolvimento posterior da criança e para a sua aprendizagem escolar.

Para Kramer (1989), o conhecimento, o relacionamento franco e a participação das famílias das crianças na vida escolar são componentes fundamentais de nossa proposta pedagógica, principalmente por termos compromissos com uma educação democrática. Buscamos, então, o intercâmbio escola-família, visando o melhor conhecimento das crianças e, portanto, uma maior qualidade para o trabalho pedagógico.

E a autora continua com a discussão, propondo que é importante que existam atividades integradoras entre pais, crianças e a equipe da escola, com o objetivo de estreitar os vínculos e os laços de convivência. Assim, ocasiões tais como Dia dos Pais, das Mães ou Festas Juninas podem dar lugar a eventos festivos, tornando as famílias, aos poucos, de convidadas em organizadoras. As reuniões, portanto, facilitam a discussão coletiva, favorecem a análise e a busca de soluções para problemas do grupo, da escola, e da comunidade em que as crianças estão inseridas.

CAPÍTULO: 3 – A ESCOLA

3.1 – PROCESSOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DOS PORTADORES

A escola inclusiva pode legitimar estruturas de educação especial, analisando e conhecendo um pouco dos portadores de necessidades especiais e mostrando como é trabalhada a educação especial para estes portadores, levando em consideração suas características e seus níveis de deficiência.

Para isso, é necessário ter como princípio orientador a consideração de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras.

Abordamos a necessidade de uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade mais democrática e menos excludente, havendo uma grande necessidade de conscientização da sociedade em relação aos direitos desses portadores para que a sociedade exerça o processo de inclusão.

A concepção da escola inclusiva se fundamenta reconhecendo as diferenças de aprendizagem centrando nas potencialidades do sujeito, em vez de impôr aos educandos uma educação preestabelecida. Nesse sentido, todas as crianças podem aprender juntas, sempre que possível, independente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter.

Portanto, para que o processo de inclusão desses portadores de necessidades especiais possa realmente acontecer, é preciso que a comunidade, a escola e a família se envolvam em um único trabalho, pois só assim poderemos eliminar os preconceitos e entraves no desenvolvimento da cidadania.

Segundo a LDB (Lei n° 9394/96 de 20/12/96): "O atendimento educacional aos portadores de necessidades educacionais especiais será feito em classes comuns de ensino regular, garantindo quando necessário, serviço de apoio especializado".

De acordo com Fonseca (1997), o direito à Educação Especial, aborda um aspecto de justiça e não de privilégio. Assim, os educandos, portadores de necessidades especiais, terão o direito e o acesso a uma escola democrática, garantindo uma educação de qualidade para todos, independente de suas diferenças.

E como diz Mazzotta (1992):

“A finalidade da Educação Especial é oferecer atendimento especializado aos educandos portadores de deficiência respeitando as necessidades e diferenças de cada criança, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento global desses alunos, em seus aspectos: cognitivo, afetivos, psicomotor, lingüístico e social, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades como sua integração na sociedade (p.102)”.

A inclusão escolar tem se mostrado como um grande desafio, pois busca adequar a escola comum para que a mesma inclua alunos com necessidades educacionais especiais. Nessas escolas os alunos devem receber, sem qualquer tipo de exclusão, todo apoio e incentivo adicional necessário para garantir uma educação eficaz.

Nesse sentido, Brandão (1995) afirma que: “Ninguém escapa da educação, seja de modo formal ou informal, o indivíduo é educado para exercer o seu papel no seu contexto social. Dessa maneira o processo educativo não leva em consideração as diferenças sejam de ordem social étnica ou bio-físicapsíquica que o indivíduo apresenta” (p.34).

Para Sasaki (1997), a inclusão escolar baseia-se em princípios, como aceitação das diferenças e valorização da diversidade humana, propondo um único serviço de sistema educacional de qualidade para todos os seus alunos com ou sem algum tipo de deficiência. Para o autor, a escola comum torna-se inclusiva, quando ela mesma se reestrutura para atender à diversidade do grupo em termos de necessidades especiais e também em termos da própria aprendizagem dos alunos. Essas mudanças conduzem a um ensino com uma melhor qualidade e um melhor aproveitamento escolar por parte de todos os alunos.

A integração dos alunos com necessidades especiais nas classes comuns é possível, sendo que necessita de uma adequada formação profissional, sensibilização da comunidade escolar e o apoio da sala de recursos, quando necessário. E também uma adaptação do espaço físico aos que necessitarem.

Quando a escola regular recebe alunos portadores de necessidades especiais, a primeira atitude a ser tomada pela direção é entrar em contato com a Secretaria de Educação para que ela realize um estudo de cada caso em particular e verifique se é possível que a criança seja matriculada, e se está capacitada para acolher os alunos.

As escolas devem responder às necessidades diversas de seus alunos, incorporando currículos apropriados, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. O currículo da escola deve ser direcionado e trabalhado de acordo com as necessidades dos alunos.

Podemos dizer que a Educação Especial é uma modalidade de ensino enriquecida da Educação Geral, pois possui as mesmas finalidades e objetivos. Sendo assim, os objetivos principais consistem em prestar assistência às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, preparando-as para a vida e integrando-as à comunidade, a fim de que se tornem pessoas críticas e produtivas para a sociedade.

Para Glat (2007), o novo paradigma da educação inclusiva tem como uma de suas consequências um repensar nos objetivos e nas práticas da educação especial, necessitando encontrar um espaço de atuação na escola regular, mantendo a especificidade no campo do saber. Assim, considerando a educação inclusiva a questão mais atual na educação especial.

O princípio fundamental para a existência de escolas inclusivas é que devem acolher todas as crianças. Tal condição pode acarretar grandes desafios ao sistema escolar adotando uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças e ajusta - se às necessidades de cada uma. Acredita-se que a pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e conseqüentemente para toda sociedade.

A possibilidade da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no sistema regular de educação requer condições básicas como a reformulação dos programas educacionais e a formação consciente dos educadores, dentre outras coisas. Essas ações devem expandir o princípio integrador da educação especial, articulando-se com os objetivos educacionais gerais.

A escola deverá propor alternativas para lidar com as diferenças. Deverá buscar o convívio produtivo com a diversidade. Alunos, professores, pais, e toda a comunidade, ou seja, todos devem assumir o desafio da superação de limites, construindo novas possibilidades de conquistas para a escola inclusiva.

Para a existência de uma escola inclusiva, é preciso que seus profissionais sejam motivados, envolvidos com a inclusão e, sobretudo, capacitados para dar conta de atender às diversidades, às necessidades de seus alunos especiais, para que eles não fracassem na escola e na sociedade.

É, também, imprescindível que, cada aluno com necessidades especiais, com suas peculiaridades, diferenças e diversidades singulares, receba a atenção, os cuidados e o acompanhamento necessários, para que possam desenvolver suas potencialidades e capacidades.

E como diz Prieto (2002) que uma das principais tarefas da escola é a construção de espaços para a participação de todos e esta participação deve garantir a elaboração de um trabalho envolvido com projetos pedagógicos que fortaleçam os objetivos maiores da educação, que é exatamente prever o atendimento à diversidade de necessidades e características da demanda escolar.

Para Skliar (2000), a educação das crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças da rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. É certo que em todos os grupos que menciono existe uma especificidade que os diferencia, mas também há um fator comum que os faz semelhantes: trata-se daqueles grupos que, com certa displicência, são classificados como minorias e que, na verdade, sofrem exclusões parecidas desde o início do processo educativo.

A escola regular precisa, em síntese, se tornar realmente um espaço de troca, de interação, de convivência humana e solidária, promovendo, também, uma prática de ensino-aprendizagem que contemple a diversidade e a diferença.

3.2 – A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Política Nacional de Educação Especial tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, buscando garantir o atendimento educacional especializado, a formação de professores capacitados para atender esses alunos e a participação da família e da comunidade, facilitando o desenvolvimento do trabalho.

Nesse sentido, o Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Especial, visam constituir políticas públicas na perspectiva da inclusão, com o intuito de promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

Ao atendimento às classes especiais os profissionais necessitam ter especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

As políticas públicas voltadas para os alunos com necessidades especiais tiveram alguns desafios a ser alcançados para a permanência das políticas educacionais brasileiras que quase sempre estiveram em um campo de disputas para a implantação das políticas pertinentes.

Nesta perspectiva, o Estado implanta, não propriamente uma política de educação especial, mas promove a criação de órgãos voltados ao atendimento dos portadores de necessidades especiais, visando à sensibilização da sociedade para esses portadores que eram encaminhados para instituições particulares.

Por muito tempo se nutriu o entendimento de que a educação especial era organizada de forma paralela à educação comum, e que seria mais apropriada ao atendimento de alunos que apresentassem alguma deficiência ou que não se adequassem à estrutura do sistema de ensino.

Essa concepção sofreu grandioso impacto na história da educação especial, ocasionando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados com a deficiência, contrapondo a dimensão pedagógica.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação especial vem modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial.

Todavia, pode-se afirmar que o tratamento direcionado às pessoas portadoras de necessidades especiais está evoluindo e ganhando seu reconhecimento de direito à educação, à reabilitação, ao trabalho, ao transporte, ao lazer e à cultura.

No Brasil, os investimentos direcionados aos programas de atendimento às necessidades especiais vêm ganhando destaque, mas ainda necessitam da ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino.

As políticas públicas realizadas no campo da inclusão escolar propiciam o processo de implementação de leis, a qual se pretende ser um instrumento capaz de

auxiliar na compreensão e na avaliação de ações voltadas a escolarização de alunos com deficiência.

Observam-se algumas propostas de transformações significativas nas concepções educacionais e nas práticas das redes educativas, nas quais a educação inclusiva tem ocupado um lugar prioritário na pauta de elaboração de um modelo de estabelecimento e desenvolvimento das relações escolares, como também assegurar a educação para todos, com qualidade de ensino, prever o uso adequado dos recursos financeiros e verificar se o sistema mantém coerência entre o discurso inclusivo e a prática, provendo adequadas condições de atendimento aos alunos.

Assim sendo, a implantação das políticas, a garantia do acesso das crianças aos estudos e a permanência da demanda escolar na trajetória regular de ensino devem considerar que as necessidades educacionais especiais não se resumem somente às deficiências e nem aos portadores de deficiências.

Ou ainda, que o significado da inclusão não se resume ao acesso às escolas, mas também à permanência digna desses educandos no ensino regular, o que é primordial e deve ser alvo de atenção e investimentos políticos, financeiros e pedagógicos.

A educação inclusiva constitui um modelo educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, incluindo igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à idéia de contextualizar a exclusão dentro e fora da escola.

Nesse sentido, nos deparamos com a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais que passam a ser repensados, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A escola se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi se legitimando nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social.

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se uma relação perante a inclusão ou a exclusão de acordo com os sistemas de ensino, excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões da escola.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil impulsionando ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo ainda a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência.

A Constituição Federal de 1988 traz, como um dos seus objetivos fundamentais, (o):

“direito dos portadores de deficiência à educação. Além disso, cumpre ressaltar que esta deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino e deve ser garantido o atendimento educacional especializado (art. 201, inciso III da CF/88).

Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece (a):

“igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que:

“os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Também nessa época, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que:

“(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19)

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96), no artigo 58, destaca o entendimento para a educação especial, a modalidade de

educação escolar e como é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais e demonstra que:

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível, a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A LDB, ainda, no artigo 59, destaca que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo, métodos e organização específica para atender às necessidades das crianças e, no inciso V, (o):

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que:

“o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta dificuldades referentes à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à acessibilidade física e ao atendimento educacional.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva que garante o direito à diversidade visando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

A Convenção dos direitos das pessoas com deficiência, aprovada pela ONU em 2006 assegura o direito a um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino para facilitar o desenvolvimento acadêmico e social das pessoas com

deficiência para que não sejam excluídas do sistema educacional e possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo de qualidade.

O Censo Escolar realizado anualmente em todas as escolas da educação básica possibilita o acompanhamento dos indicadores da educação especial nas escolas públicas, nas classes regulares, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade das instituições e a formação dos docentes para o atendimento às necessidades especiais dos alunos.

A Lei 9394/96 atribui um sentido amplo à educação, a qual “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e nas manifestações culturais. LDB (art.1º).

Ainda, a LDB além de reafirmar o direito à educação, também estabelece diretrizes e bases, trazendo inovações importantes para a educação nacional, além de ampliar o sentido da educação. A lei busca se adaptar às necessidades sociais da sociedade, promovendo a inclusão das crianças com necessidades especiais ao ensino público.

Dessa forma, alguns dos princípios definidos pela Constituição e explicitados na LDB são traduzidos no corpo da Lei nº 9394/96, através de um conjunto de orientações importantes para a educação. Como exemplo o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Pressupõe-se uma sociedade e uma escola onde todos tenham as mesmas condições para usufruir o direito à educação e aos seus benefícios. No mesmo sentido, está o princípio da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o saber”. Vieira (2009, p.39).

CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa foi gratificante, pois eu descobri muitas peculiaridades em relação aos portadores de necessidades especiais. O diferente sempre foi alvo de grandes perseguições, como podemos verificar, com base na história, desde a antiguidade, em que eles eram tratados de maneira preconceituosa e hoje isso não é muito diferente. Pode ter melhorado em alguns pontos, mas ainda precisam ser assistidos de maneira melhor, com igualdade e respeito.

Para a integração destes indivíduos em uma sociedade mais igualitária o preconceito torna-se um entrave para que as pessoas com necessidades especiais possam sentir-se livres e participantes ativos da sociedade em que vivemos.

E ainda há uma grande necessidade de conscientização da sociedade em relação aos direitos desses portadores, para que a mesma exerça, portanto, o processo de inclusão.

Apesar de todo um trabalho desenvolvido para os deficientes, as escolas da rede regular de ensino não estão estruturadas adequadamente para atender estes alunos, sem profissionais preparados e sem o aprimoramento das próprias instituições de ensino.

Para atender e proporcionar um bom desenvolvimento para os alunos com necessidades educacionais especiais, a escola regular precisa reformular suas políticas de integração, um adequado planejamento educacional, mudanças na escolarização, programas de estudos e serviço de apoio ao programa de orientação e formação do docente de forma adequada.

Para que se tenha um atendimento especializado com bons resultados, as crianças portadoras de deficiências precisam ter uma integração dinâmica com os profissionais, educadores e o meio em que vivem. O empenho e o carinho representam o primeiro passo para um vitorioso desenvolvimento.

A família é o fator principal durante a adaptação à aprendizagem das questões sociais básicas. À medida que a criança cresce, ela convive cada vez mais com pessoas fora do círculo familiar, pessoas essas que, por sua vez, passam a ter parte ativa na socialização da criança. Também a escola é importante, pois proporciona à

criança a convivência num grupo mais amplo de indivíduos exercendo, um papel modelador nos comportamentos sociais da criança.

A LDB/96 oferece o acesso igualitário, ao colocar a Educação Especial como modalidade de educação escolar, contando com profissionais habilitados com nível superior para o atendimento especializado ao educando com deficiência, na qualidade de mediadores. E também conta com a Política Nacional de Educação Especial, que tem como uma de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno.

O profissional da educação ao dialogar com a família proporciona uma abertura para que a mesma colabore com o trabalho da instituição, utilizando sempre que for possível uma linguagem clara para facilitar o entendimento dos pais e sem tentar detectar alguma deficiência da criança ou medicá-los, mas viabilizando que todos tenham um mesmo propósito de ajudar as crianças com seus respectivos familiares.

Necessitamos de uma sociedade que seja baseada na igualdade e na justiça para assegurar uma melhor qualidade de vida, sem discriminações, e que aceite as diversidades.

Dessa forma acredito que o trabalho conjunto escola-família favoreça o convívio de todos os envolvidos, não culpando ou acusando os familiares que não participam, e sim buscando formas de aproximá-los da proposta da escola, mostrando seus interesses.

Assim, a educação especial deve ser incluída na pauta de debates educativos para que sejam diminuídos os movimentos de discriminação tanto cultural quanto social, para que não falte conhecimento ao redor das especificidades dos portadores de necessidades especiais e haja reflexões sobre a questão educativa dessas crianças.

A escola necessitará propor alternativas e soluções, instrumentalizando-se de todas as formas para lidar com as diferenças. Deverá buscar o convívio produtivo com a diversidade. Alunos, professores, técnicos, especialistas, pais, agentes do poder público e comunidade, todos assumirão o desafio da superação de seus limites, construindo novas competências para a tão esperada escola inclusiva.

Nesse sentido, a implementação de um sistema de educação inclusiva não parece ser uma tarefa simples de ser organizada. Para oferecer um ensino de

qualidade a todos os educandos, inclusive para os que apresentem alguma dificuldade que afete sua aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e seus recursos pedagógicos, além de conscientizar seus profissionais e garantir que todos estejam preparados para essa nova realidade.

Portanto, pensando na criança como produtora de conhecimentos, independente de suas limitações, verificamos que todas são sujeitos de direitos e deveres e que lutam para ampliar suas conquistas e que sejam favoráveis ao seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Congresso nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997.

BRASIL. INEP. Censo Escolar, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. RJ: 7 Letras, 2007.

JOSÉ, Elizabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2008.

KRAMER, SONIA. Com a Pré – Escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil, editora: Ática, 1989.

MACEDO, L. Apresentação In: ALTHUON, B.; ESSLE, C.; STOEBER, I. S. Reunião de Pais: sofrimento ou prazer? São Paulo. Casa do Psicólogo, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1992.

PARO, V. H. Qualidade do ensino: A contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PIAGET, J. Para onde vai à educação. José Olympio ed. 15a edição. Rio de Janeiro, 1972/2000.

PRIETO, ROSANGELA GAVIOLI. Políticas Públicas de Inclusão: Compromissos do Poder público, da escola e dos professores (on line). Disponível na internet via WWW URL: www.educacaoonline.pro.br/art_politicas_publicas_de_inclusao.asp, 2002.

PRIETO, ROSANGELA GAVIOLI. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/26/outrostextos/serosangelaprieto.doc>>. Data de acesso: 29 jul. 2004.

SALAMANCA. Declaração de e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos. São Paulo: WVA, 1997.

SKLIAR, CARLOS. Educação e Exclusão: abordagens sócio - antropológicas em educação especial. Porto Alegre, 2000.

SOUSA, Sandra Zákia Lian; PRIETO, Rosângela Gavioli. A educação especial. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002, p.123-136.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.